

A psicologia comunitária e a conquista das políticas públicas

The community psychology and the public policies conquest

Lurdes Perez Oberg*
Maria Helena Zamora**

Resumo: O artigo apresenta a experiência com estagiários em Psicologia Comunitária na localidade de Muzema, no Rio de Janeiro. Foi utilizado um método de base etnográfica, com observação participante na comunidade e a montagem de um grupo de leitura com crianças, buscando uma compreensão aprofundada das relações do território. Também foram realizadas entrevistas com mulheres para compreender as demandas da população e refletir sobre a cultura contemporânea. Apresentamos este estudo em três momentos: no primeiro, mostramos brevemente o suporte teórico, ancorado na psicologia crítica e histórica. No segundo momento, apresentamos a experiência clínica e comunitária com crianças. No terceiro, foram discutidas as entrevistas. Conclui-se que o grupo de leitura infantil pode ser analisado como um “dispositivo”, promovendo processos de singularização e podendo, também, subsidiar a implementação de políticas públicas. As entrevistas deixaram emergir, na intersubjetividade, o diálogo com o outro, com aquele que não é reconhecido como cidadão, fazendo valer a potência das vozes emudecidas das minorias.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Clínica. Políticas Públicas.

Abstract: This article presents the experience of trainees in Community Psychology in the community of Muzema, located on the city of Rio de Janeiro. An ethnography-based method was used, and through the participant observation in the community and the creation of a children’s reading group, a deep understanding of territorial relationships was aimed. Semi-structured interviews with women were also conducted to understand the demands of the population and to reflect on contemporary culture. We present this study in three stages: first, we briefly show the theoretical basis for the work, through a perspective in critical and historic psychology; in the second stage, we present the clinical and communal experience with children; and in the third one, we discuss the interviews made. We conclude that the children’s reading group can be seen as a “device” that promotes

* Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Supervisora em Psicologia Comunitária do Serviço de Psicologia Aplicada da UVA. Pesquisadora associada do Laboratório de Práticas Sociais Integradas (LAPSI-UVA). Pesquisadora associada do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIIS) da PUC-Rio. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lurdes.oberg@gmail.com

** Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Docente do Mestrado em Psicologia Social na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Docente da graduação da PUC-Rio. Vice-coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIIS). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: zamora@yahoo.com.br

processes that allow them to become singular subjects and that can also support the implementation of public policies. The interviews show, in its intersubjectivity, the dialogue with the other, with who is not recognized as a citizen, using the power of the muted voices of the minorities.

Keywords: Community Psychology. Clinical Work. Public Policies.

Recebido em: 15/06/2011. Aceito em: 29/11/2012.

Sei que assumir como horizonte da Psicologia a construção de uma Psicologia popular que canalize a libertação histórica de nossos povos contém uma alta dose de utopia.

Martín-Baró.

Para Da. Joaquina de Souza, de Muzema, *in memoriam*.

Introdução

O presente artigo é uma reflexão sobre a atuação psicológica,¹ a partir de uma experiência com estágio curricular em Psicologia Comunitária junto a graduandos de Psicologia no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade privada do Rio de Janeiro. O trabalho em foco está sendo desenvolvido desde janeiro de 2002, no Posto de Saúde IADAS (Instituto dos Amigos da Saúde), uma ONG da localidade de Muzema. Muzema é uma comunidade situada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, com população de baixa renda, a maioria nordestina. Nesta trajetória, procuramos discutir sobre o individualismo, a ausência do Estado, a possibilidade de construção de políticas públicas e a realidade de sujeitos em situação de pobreza. Tais questões são analisadas a partir da escuta clínica da supervisão e de nossa intervenção direta, realizada no posto, e de observação participante na comunidade.

Entendemos que as soluções para os problemas da população não devem ser procuradas no âmbito “privado”, num mergulho no próprio eu, mas por meio da politização no espaço público. “A redescoberta do ‘comum’ (público) passa pela revolução no pensamento do comunitário” (BUBER, 1987, p. 132). A ética da solidariedade, bem como a construção e o reforço deste “comum”

possível é enfatizada em Psicologia Comunitária, quando assumimos o compromisso ético e político diante dos direitos humanos, questionando as formas de opressão.

Como pensar os laços sociais, na contemporaneidade, na conjuntura do esvaziamento do Estado no neoliberalismo? Que efeitos tem a escuta dos coletivos em uma comunidade? Quais poderiam ser as contribuições de uma pesquisa em Psicologia Comunitária no tocante ao compromisso do Estado frente às políticas públicas e à saúde da população? Como buscar o desenvolvimento de novas políticas públicas que reconheçam e fortaleçam as redes e os laços sociais, apoiando efetivamente aqueles que estão em situação de pobreza e vulnerabilidade social?

Aqui cumpre dizer que as políticas públicas são fundamentais para pensar as chamadas “comunidades” – ou seja, os espaços populares, não raro estigmatizados. Entendemos que as condições de vida de determinada população a ser estudada estão indissociavelmente ligadas a tais políticas (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999).

Conforme Nardi (2006), as políticas sociais brasileiras não se configuram como políticas de universalização do acesso. Muitas vezes, a prioridade é o atendimento para os mais necessitados. Tal lógica é sintônica com a concepção de Estado mínimo (SOUZA, 2006) e com a centralidade do poder econômico. Ao que parece, a tensão entre mercado e sociedade fez com que as políticas públicas econômicas sejam consideradas prioritárias, chegando mesmo a opor-se às políticas sociais (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999).

¹ Todo o trabalho de campo foi feito pela primeira autora. A segunda autora participou da discussão dos resultados e da elaboração do presente texto. Esta experiência resultou na tese de doutorado da primeira autora, defendida na PUC-Rio, em 2007, sob orientação da Profa. Dra. Junia de Vilhena. Tese de Doutorado publicada em 2008: *Do Rio das Vitruvas à Galeria dos Desconhecidos: Um estudo em Psicologia Comunitária na localidade de Muzema.*

Perpetua-se a desigualdade social, mantendo-se ainda políticas assistencialistas, apesar dos avanços das leis.

É necessário um exame sobre aqueles que se encontram fora dos dispositivos de individualização totalitária do capitalismo globalizado (NARDI, op. cit.). Existem sujeitos que, embora habitem nossa cidade e tenham nascido no Brasil, não são reconhecidos como cidadãos. A questão não é apenas a da pobreza, do não ter, mas do sofrimento causado pelo próprio viver permanentemente na instabilidade e na incerteza.

Bauman (2005), diante do contexto da destruição dos alicerces do Estado e da insegurança proveniente da lógica do mercado livre, adverte que a vida dos indivíduos que não conseguem ou não querem participar do mercado tende a ser cada vez mais criminalizada. Sobre o mesmo tema, Castel (2005, p. 18) afirma: “A insegurança social não alimenta somente a pobreza. Ela age como um princípio de desmoralização, de dissociação social, à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos”.

Para Bakhtin (2003, p. 394), “o indivíduo não tem apenas meio e ambiente, tem também horizonte próprio”. Assim, apostamos no sujeito singular. Acompanhando Castel (1998), vemos que, quando refletimos sobre a tragédia dos excluídos, devemos questionar o conjunto da sociedade. Levamos em conta a proposta de Sawaia (1999, p. 9), que entende “a exclusão como um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”.

Precisamos pensar que as vidas dos excluídos do mundo das riquezas necessitam ser pensadas e levadas em conta para a construção de uma sociedade justa. Na trajetória relatada, pensamos já dispor de algumas pistas para políticas de Estado que não se naturalizem no cotidiano em forma de poder-dominância.

Dessa forma, mostraremos o percurso desta experiência em Psicologia Comunitária, ancorada numa perspectiva crítica e possibilitando uma ampliação dos domínios tradicionais da Psicologia. Apresentaremos uma trajetória que vai desde uma observação participante na comunidade até a formação de um grupo de leituras com crianças desta localidade. Por fim

ainda apresentaremos, de forma resumida, uma discussão sobre doze entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres da comunidade, com reflexões sobre temas da subjetividade e da cultura contemporâneas.

Psicologia Comunitária: um espaço de ampliação dos domínios tradicionais da psicologia

A Psicologia Comunitária é o ponto de partida. Este trabalho aproximou nossa visão no reconhecimento da historicidade de todos os processos humanos e sociais. Bauman (2003) diz que a experiência de comunidade é enfraquecida no capitalismo; restam tentativas de recompô-la e as tensões que emergem do afã por (re)vivê-la. Essa reflexão nos coloca uma pergunta: qual seria o conceito de comunidade da Psicologia Social?

Para Sawaia (1999), na Psicologia Social, criada no início do século XX, o conceito de comunidade aparece no lugar dos conceitos de grupo e de interação social. Com influência da Psicologia Social norte-americana, os estudos sobre fenômenos coletivos (que se apresentavam decorrentes dos problemas sociais originados da Segunda Guerra Mundial) tinham como objetivo ajustar e adaptar comportamentos individuais ao contexto social.

Compreende-se a importância da crítica ao positivismo desses estudos norte-americanos, que visavam à integração social e à produtividade econômica, mas não consideravam a desigualdade, a injustiça e a exclusão social, produzindo uma prática que Coimbra (1995) chama de naturalizada – e naturalizadora. Se a objetividade dos fatos se colocava como o mais urgente, esquecia-se do ser humano em sua condição de sujeito da história. A dicotomia subjetividade-objetividade estava marcada. As ideias da produção e da adaptação ao social, sem maiores questionamentos, são a tônica de tais estudos, visando muito mais reproduzir as relações sociais que possibilitar a transformação social. O debate sobre o paradigma positivista nas práticas “psi” tornava-se então especialmente urgente (LANE, 1992, p. 12).

A introdução do conceito de comunidade e sua problematização inserem-se em um movimento amplo de avaliação crítica do papel das

ciências humanas e sociais, desencadeado nos anos 1960 e que teve seu ápice nos anos 1970 e 1980, principalmente nas práticas de saúde mental. Até os anos 1970, não se encontram referências explícitas sobre comunidade nas obras de psicologia social (SAWAIA, 1999).

Arendt (1997) propõe uma volta às questões psicológicas enriquecidas nos últimos 25 anos pela crítica sócio-histórica, antropológica e política. Admitindo-se o aspecto clínico de nossa formação, Arendt relata a possibilidade de estarmos em franca vantagem sobre nossos colegas de outras disciplinas das Ciências Sociais, sendo nosso papel o de provocar, propiciar novos olhares ou denunciar seu bloqueio nos sujeitos e grupos com os quais viéssemos a atuar. Este autor entende a Psicologia Comunitária na condição de disciplina emergente no contexto da Psicologia Social, permitindo colocar em análise a instituição da Psicologia, especificando seu objeto e suas práticas psicológicas.

A Psicologia Comunitária, no encontro que estabelece com as minorias ativas e os movimentos sociais, possibilita a emergência de novos discursos e vozes no tecido social. Sem a pretensão de torná-la o único viés para a construção de uma Psicologia comprometida com a realidade social, acreditamos que, junto com outros psicólogos e alunos em formação, possamos combater um modelo de sociedade que sustenta a uniformidade, a imobilidade política e a opressão da maioria. Acompanhamos a definição de Góis (apud LANE, 1999, p. 32): “Fazer psicologia comunitária é estudar as condições internas e externas ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade”.

Campos (1999, p. 175) destaca aspectos do processo de conscientização na Psicologia Comunitária: “a cultura, como construção intersubjetiva de significados, e o diálogo, como contexto para a problematização e reconstrução cultural”. Essa autora mostra que o campo de estudo delimitado pela Psicologia Social, especialmente se aplicado ao estudo e intervenção em comunidades, é constituído pela análise da cultura. Tal fato indica que, tanto na pesquisa quanto na intervenção, tornam-se visíveis não só o grupo observado, com seus valores, suas crenças, percepções e representações, mas também o cientista que observa.

Pensar, conforme análise de Campos, que a Psicologia Comunitária constitui uma interpretação da cultura, instiga-nos a orientar nossos fazeres através de propostas que reflitam, criticamente, a cultura contemporânea, enriquecendo a formação do psicólogo e convidando-o a um posicionamento frente ao mundo. Segundo nosso ponto de vista, são requisitos para o trabalho comunitário o reconhecimento das diferenças e das semelhanças entre nosso universo e o do outro que atendemos (de classe, de cultura, de forma de conhecimento). Devemos admitir nosso possível estranhamento e poder mergulhar nas diferenças (ZAMORA, 2004). Devemos também estar abertos a perceber as identificações e semelhanças com nossas vidas.

Precisamos escutar as narrativas das minorias e levá-las em conta para formular um contexto mais abrangente de análise. No mundo contemporâneo, necessitamos buscar uma articulação de nossos projetos com políticas públicas. Foi a partir desse posicionamento que desenvolvemos nosso trabalho na experiência com os estagiários.

A chegada a Muzema – demanda clínica e o grupo de leituras infantis

Visitamos Muzema pela primeira vez em setembro de 2001, a partir de um convite da Pró-Reitoria Comunitária da universidade, diante da suposta necessidade de um serviço de Psicologia no local. Ao iniciar este percurso, fomos amparadas por aquilo que aprendemos na pesquisa etnográfica: escutar, acompanhar o movimento em que o visitante é levado e, em vez de apontar no outro o estranho, poder detectar o estranho que habita cada um de nós.

Dessa forma, seguindo os ensinamentos da pesquisa participante, inicialmente buscamos interagir com os líderes comunitários e, depois, com outros moradores. Muitas práticas em Psicologia Comunitária começam nas instituições. No início das nossas atuações no posto, procuramos fazer visitas e entrevistas. Entendemos que na supervisão de estágio não deveríamos nos colocar distantes do campo dos estagiários, mas pensar e fazer com eles.

Na pesquisa participante, entendemos que pesquisador e sujeitos pesquisados apostam na participação como um ato interativo e através

dela alcançamos o empoderamento e a inclusão social. Em contextos de muita opressão, a participação social cresce com a possibilidade de desenvolvimento da sua prática.

Num primeiro momento, fizemos um diagnóstico participativo no qual acompanhamos questões referentes a fatores ambientais (aspectos geofísicos) e estruturais (saneamento básico, moradia, transporte, população, escolas, creches, unidades de saúde e assistência social). Nesse ato interativo, demos relevância à percepção dos sujeitos sobre a formação de grupos diversos no lugar, sobre as lideranças, o saber local, parcerias com outras localidades e relações de poder dentro e fora da comunidade.

No processo do diagnóstico participativo com os líderes comunitários e a comunidade, priorizamos a construção de vínculos de confiança com as famílias, as lideranças locais e os sujeitos com quem tínhamos contato. Para alcançarmos tais metas, foram utilizadas técnicas de observação participante, entrevistas abertas e semiestruturadas, histórias de vida, passeios na comunidade, grupos focais e oficinas temáticas.

Um visitante que chega pela primeira vez a Muzema, vindo da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá ou de Rio das Pedras, sente-se nos fundos da Barra da Tijuca. Muitos moradores trabalham na Barra e são, em sua grande maioria, nordestinos. Muzema, próxima a Rio das Pedras, é uma favela que, segundo os líderes comunitários, apresenta regras próprias, que, conforme eles apontam, existem para impedir o tráfico de drogas e manter a ordem na comunidade. Lá, diz-se que “viver fora do tráfico” alivia as tensões de morar no Rio de Janeiro. Em geral, os moradores dizem: “aqui é um lugar calmo”, “aqui não tem violência”, sempre tendo como referência o tráfico de drogas. A oferta dessa “paz” articula-se a aspectos da indústria da segurança presente em nossa sociedade.

A opção sobre as práticas realizadas no posto é a de respeitar o ritmo do campo, valorizar a construção do dito popular “não ir com muita sede ao pote”. A constatação das dificuldades encontradas não se apresenta como barreira para que este trabalho tenha uma produção e uma dinâmica próprias, mas serve como analisador dos fazeres no posto. Exercitamos o que aprendemos em pesquisa etnográfica sobre o “ficar próximo e distante”. Tentamos uma refle-

xão sobre nossos preconceitos. Conhecemos os papéis sociais de cada um naquele contexto, mas nos posicionamos além deles.

Em nossos primeiros contatos com as lideranças, constatamos solicitação por atendimento psicológico para os moradores, mas somente para mulheres e crianças.² Tal indicação parece reveladora de muitos sentidos, tanto no tocante às relações interpessoais presentes na comunidade, quanto na reprodução de um sistema hierárquico da nossa sociedade.

Contudo, não considerávamos a clínica como ponto de partida para nossas atuações. Não assumimos uma atitude técnica e naturalizada de que “ser psicólogo é exercer a Psicologia Clínica” (LO BIANCO et al., 1994). Ao longo dos atendimentos, desenvolvemos aquilo que compreendemos como “clínica ampliada”. Com um enfoque teórico psicanalítico, caminhamos no desafio de trazer para a discussão algumas reflexões da Psicologia Sócio-histórica.

Nesse processo de diagnóstico participativo, íamos progressivamente respondendo a algumas demandas iniciais, mas já propondo, a partir de uma atitude que prioriza o consenso, as muitas possibilidades de construção em conjunto de técnicas grupais que visam ao fortalecimento da saúde dos sujeitos comunitários e da ação coletiva.

Apresentamos uma proposta de superar dicotomias – indivíduo e sociedade, clínica e política. Bezerra (1999 apud ROSA, 2002) propõe que a clínica é reinvenção, é ensaio, é experimentação, lugar da renovação da escuta e do olhar, condição para superar a dicotomia clínica e política. Afirma ainda que toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo. “A singularidade [...] só pode surgir e ser experimentada no campo de suas relações sociais. Estas, por sua vez, só ganham significação, só se reproduzem ou se modificam pela apreensão que os sujeitos fazem delas.” É uma proposta que não se esgota nas falas dos sujeitos atendidos na instituição, mas que requer um olhar para as especificidades daquele grupo

² É importante lembrar que o contexto institucional que mostramos neste estudo tem uma dinâmica muito própria e que não temos acesso à triagem que é feita no posto. Vale lembrar que a liderança comunitária coordena todas as atividades.

e seus entrelaçamentos nas questões presentes na sociedade mais ampla, assumindo o caráter ético e político da escuta clínica, almejando a construção do comum e a construção de políticas públicas.

Constatamos uma grande procura por atendimento psicológico. A demanda por tratamento infantil por parte das mães foi observada, em muitas situações, como uma busca de ajuda para si próprias, com queixas referentes ao cotidiano de suas vidas, às dificuldades de aprendizagem e à suposta hiperatividade das crianças.

Muitas crianças com as quais fizemos avaliação psicológica não apresentavam indícios de necessidade de atendimento psicoterápico. Por esse motivo, decidimos criar um grupo de leituras infantis (nome sugerido por elas), que teve início em 2003 – embora tenhamos continuado a realizar avaliação psicológica e atendimento em caso de indicação.

Compreendemos esse momento da formação do grupo de leituras como fruto do processo de diagnóstico participativo e já o interpretamos, junto com os líderes e a comunidade, como um marco inicial importante em nossas intervenções.

No grupo, recebemos crianças em faixa etária variando entre 5 e 12 anos. Com o grupo, pudemos trabalhar com um número maior de crianças e conhecer as famílias, proporcionando uma escuta tanto em relação àquilo que as crianças exteriorizam quanto relativa às questões familiares.

No grupo de leituras, buscamos, por meio de uma metodologia participativa, uma compreensão mais aprofundada das relações interpessoais e de poder circunscritas àquele território. A proposta é acompanhar e respeitar o movimento do próprio grupo, sem obrigatoriedade de atividades preestabelecidas. Assim, ficamos atentos à relação cultura e subjetividade, ao respeito às diferenças que emergem nas relações e às posições singulares. O significado que as crianças dão a elementos de sua realidade é valorizado nesse contexto.

Os encontros do grupo de leituras são realizados no Posto de Saúde, aos sábados, de acordo com a disponibilidade das crianças, com duração de aproximadamente uma hora. Geralmente o grupo segue o calendário das férias escolares e temos como meta que ele possa continuar apenas com a participação dos membros

da comunidade.

Assumimos uma postura que valoriza o processo vivido pelo grupo e não temos uma visão que enfatiza apenas o produto. Pensamos constantemente nos diferentes movimentos e momentos que atravessamos e que a abertura para esse movimento “grupo e comunidade” é condição fundamental para seguirmos adiante.

Ao longo destes anos, observamos que as crianças alfabetizadas apresentam uma atitude de distanciamento da leitura, desejando apenas brincar. Atribuímos a recusa da leitura ao fato de uma grande maioria dessas crianças apresentarem uma história de rendimento escolar deficiente e com inúmeros tropeços, o que pouco tem a ver com sua capacidade cognitiva. Reparamos que, mesmo apresentando dificuldades, o nome “grupo de leituras” é aceito e, constantemente, verbalizado por todos da comunidade, crianças e adultos.

Em contrapartida, o desejo de brincar evidenciado nos encontros sinaliza uma importante forma de comunicação das crianças. Zanella e Andrada (2002) apresentam a brincadeira infantil como atividade importante para o processo de constituição do sujeito e mostram que, ao passo que são veiculados significados sociais e historicamente produzidos, novos significados podem surgir.

As dúvidas relativas ao fato de estarmos tomando uma posição distinta de um atendimento psicológico tradicional ficaram evidentes. Cada vez mais, optamos por valorizar o brincar e a própria busca das crianças pelo grupo, sem o acompanhamento dos pais. Afinal, a procura pelo grupo é um desejo delas.

Recentemente, ouvimos no grupo a mesma constatação que já ouvimos dos líderes e de alguns adultos sobre o trabalho do psicólogo: “Falamos para as pessoas, quando viemos para o grupo, que os psicólogos não trabalham somente com os loucos”. Sobre essa preciosa reflexão, postulamos: estar autorizado para valorizar a subjetividade humana implica uma mudança de posição na forma de ver o próprio homem em nossa cultura?

A partir dessa desconstrução do trabalho do psicólogo, começamos caminhadas pela comunidade e visitas domiciliares com as crianças. Desejamos ouvir as famílias, para além do contexto institucional, e dar início a outro momento de nosso trabalho.

Observamos, a partir da posição das crianças no grupo de leituras infantis, que o binômio família-escola não caminha de mãos dadas. Na construção da subjetividade dessas crianças, pudemos ver que essas instituições, além de não estabelecer um diálogo, uma troca, deixam-nas entregues à própria sorte. Desde cedo, elas ficam sozinhas diante de suas dificuldades. Esses entraves, que poderiam ser vistos como propulsores do desenvolvimento infantil, são tomados como pontos fixos de uma subjetividade ainda em construção. Vemos que o prazer que demonstram no ato de brincar e a confiança que hoje depositam neste trabalho fazem emergir um mundo ainda não explorado.

Kanter (2000) mostra a importância de se assumir o papel de “participantes transicionais” em contextos de clínica social com crianças. Esse autor, apoiado em Winnicott, revela que, no trabalho em comunidade, nossa atuação se estende além da sala do consultório, além da aliança psicoterapêutica. De forma diferente de uma psicoterapia tradicional, podemos ter uma participação no cotidiano da vida da comunidade. Tal posição pode facilitar a própria intervenção e propiciar a capacidade do próprio sujeito de cuidar de si mesmo.

Dessa forma, o objetivo que marcamos neste trabalho junto ao estagiário, assumindo o papel de participante transicional, é que este possa inserir-se como um possível mediador entre as realidades subjetiva e objetiva dessas crianças. Na preparação de um evento, escutamos a fala de uma criança que vive uma realidade familiar opressiva e que antes não tinha expressão no grupo: “Vamos fazer tudo direito, sem bagunça, pois não podemos ficar sem psicólogo”. Instantes depois, essa mesma criança diz para a estagiária: “o nosso lanche deve estar garantido, pois todas nós precisamos de comida”. Observamos que a expressão “sem bagunça”, tão repetida, expressa uma preocupação com a disciplina em suas vidas – um elemento que, vindo de uma ordem proveniente dos adultos que as comandam, acaba promovendo e reforçando um contexto de confinamento presente em suas vidas (ZAMORA, 1999). Entendemos que esse tipo de disciplina fica próximo à coerção e não àquela que é decorrente do processo de socialização, na qual o sujeito é capaz de fazer uma diferenciação entre o que é proveniente de uma

exigência do eu e o que é da realidade externa, e pode adaptar-se com relativa liberdade.

Constatamos também que relação com o psicólogo e a alimentação oferecida complementavam-se como ingredientes necessários para a vida naquele grupo. Além disso, a demanda por alimentação, sob a óptica das crianças, deveria ser algo respondido pelo psicólogo. Tentamos possibilitar que o lanche fosse também trazido por elas de suas casas, apesar de conhecermos suas dificuldades financeiras e o aspecto emocional envolvido na figura do adulto que leva a comida e “ampara” as crianças.

Destacamos o reconhecimento daquilo que as crianças são capazes de produzir naquele espaço e não enfatizamos aquilo de que elas não são capazes. Apesar de conhecer suas histórias, não temos o propósito de dar ênfase a sintomas, dificuldades e patologias. Além disso, sabemos que elas consideram ameaçador falar de suas vidas. Já ouvimos de uma menina de 12 anos: “não quero falar da minha vida, porque não tenho vida” e em seus desenhos o “coração” é o que se repete sempre. Acolhemos sempre as suas falas no tocante às suas próprias questões, mas o momento dessa escolha pertence a elas e não somos nós que levantamos tais temas.

A brincadeira é uma forma de exteriorizar seus conflitos e estabelecerem relação entre si mesmas e conosco. Observamos que o brincar junto com um adulto é algo praticamente inexistente em suas vidas, fundamental para as crianças estabelecerem ligações com a cultura em que estão imersas.

Entrevistas com as mulheres e outras inserções na comunidade

O ponto de convergência, o encontro entre os pares (liderança comunitária, as crianças, mães e pais e profissionais da Psicologia), poderia propiciar um solo fértil para ver a vida com outros olhos, pensar problemas e soluções e mesmo a construção de políticas públicas democráticas? Eis o que nos inquietava ao longo do percurso.

Acompanhando as palavras de Gonçalves Filho (2003, p. 218): “Quem vive a situação comunitária testemunha, também, o seu impedimento, em si mesmo ou nos outros... É próprio da comunidade aquilo que dela nos afasta: a

situação comunitária também se faz disso, daquilo que a contradiz”. Conviver com os obstáculos implica reconhecer as contradições locais. Cabe lidar com esse paradoxo; é aí que poderá emergir algo novo e onde se poderá detectar algumas “brechas” possíveis de serem trabalhadas. Trata-se de apostar, como diz Campos (1999, p. 175) “no diálogo, como contexto para a problematização e reconstrução cultural”. Destacamos também a importância de uma análise global e local, distanciando-se de um julgamento moral dos fatos, mas apostando naquilo que é revelado a cada momento.

O convívio em comunidade se apresenta na possibilidade de dar voz, como pesquisadoras, aos moradores da comunidade, especialmente às mulheres, que constantemente procuram o psicólogo no posto.³ As entrevistas realizadas com as mulheres correspondem a um desdobramento dos atendimentos que realizamos naquele local. Esse fato nos faz pensar nas possibilidades que podem emergir quando acompanhamos o movimento do campo, tendo um cuidado especial em valorizar a rota do visitado e não do visitante. Temos aí mais uma vez a chance de pensar políticas públicas.

Entrevistar as mulheres é conhecê-las em seu próprio espaço, fora do contexto institucional, abrindo um caminho de entrada do pesquisador na comunidade. A valorização da relação entrevistador-entrevistado representa outra etapa, além do cotidiano institucional, realizando o objetivo de dar início a outro momento do trabalho.

A partir destas entrevistas (realizadas apenas pela docente e não pelos estagiários), pretendemos contribuir e ampliar as possibilidades de nossos fazeres e reflexões. O olhar para a comunidade deve ser inserido em sua compreensão histórica, distanciando-nos de práticas naturalizadoras. Nesse percurso, ficamos cada vez mais inclinadas a sustentar as transformações que possibilitam, nos planos subjetivo, social, político e clínico, os fazeres na Psicologia Comunitária.

Sawaia (1995), propondo um aprofundamento na Psicologia Comunitária e fazendo uma reflexão sobre práticas negadoras do sofrimento psicossocial, mostra a necessidade de trabalhar *a, na e com* a comunidade, como um sistema relacional, e com um sentimento de pertencimento que se apresenta como forma de resistência contra a sociedade exploradora. A comunidade sintetiza no particular as múltiplas determinações que envolvem ao mesmo tempo questões políticas, econômicas, psicológicas, ambientais, entre outras.

Assim, reconhecendo uma cultura local peculiar, tipicamente nordestina, mesclada com cariocas e indivíduos de outros estados, a comunidade realmente existente na cultura contemporânea está inserida nas relações de amizade, nas diversas formas como aqueles moradores e os próprios líderes locais vivenciam seu cotidiano. Nesses sete anos de escuta, pudemos destacar temas que se repetiam naquele cotidiano: segurança, liberdade, tráfico de drogas, violência na cidade, individualismo, o Estado, “saudades do Nordeste”, “a vida fora de Muzema é mais difícil”, “as pessoas aqui são paradas”, “nada dá certo”, entre outros, e o reconhecimento de que “preciso de ajuda de um psicólogo”.

Pensamos então em estudar o viver em comunidade, articulando-o a uma discussão sobre temas citados presentes no debate da cultura contemporânea. Nada melhor que testemunhar, para o nosso leitor, as falas das próprias mulheres da comunidade. Com elas, não almejamos uma total objetividade, por meio de um discurso acadêmico e científico. Nem Muzema nem as mulheres são “objetos” para este estudo. Temos um reconhecimento da potência dos sujeitos, e o entendimento de que as falas das minorias se apresentam emudecidas, mas cuja exteriorização é possível. Apostamos, então, na produção de subjetividades singulares.

Realizamos entrevistas semiestruturadas com onze mulheres nordestinas e uma carioca (esta, moradora do local há 25 anos), numa faixa etária entre 20 a 45 anos, moradoras há mais de cinco anos em Muzema. A escolaridade variava do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e uma entrevistada tem pós-graduação. A entrevista com a moradora carioca surge de sua curiosidade e de seu interesse em participar da pesquisa. Sandra, como a chamaremos,

³ O atendimento psicológico com as mulheres permanece até hoje e o fato de termos compreendido essa demanda no início deste trabalho teve desdobramentos significativos. Destacamos ainda que tanto as mulheres quanto as crianças pagam os atendimentos com um quilo de alimento não perecível. Os alimentos recolhidos são revertidos para a própria comunidade.

trabalha no posto de saúde como professora e supervisora da instituição.

O tema abordado foi como elas percebiam o viver em comunidade. O roteiro das entrevistas foi construído a partir de questões já apontadas informalmente: individualismo, a valorização de interesses coletivos, as amizades, a segurança e a liberdade, a vida privada, o espaço público, o papel do Estado, o significado da sociedade, a vida em outras comunidades e a comunidade vivida na infância.

Num primeiro momento, o individualismo foi comentado por todas as entrevistadas: “Comunidade aqui não existe. Comunidade é viver em união e aqui cada um vive só... Se você tem internet, rádio e televisão, não precisa do outro”. A valorização dos interesses coletivos foi constatada por todas as mulheres, mas somente duas julgaram que conseguem intervir, produzindo para o grupo ou com o grupo. A complexidade do viver em comunidade, as dificuldades das amizades, ocasionadas pelo medo das “más companhias”, o sentimento de solidão, a necessidade de respeitar o outro, pois todos vivem próximos, são algumas ideias levantadas. Uma delas afirma que “existe uma história contada aqui que diz que Muzema é um casulo, um emaranhado que o índio faz, um trançado com o cipó em forma de caracol”.

Realizamos as entrevistas pessoalmente, da mesma forma que executamos a transcrição do material. Não utilizamos gravador, pois constatamos que poderia impedir a espontaneidade das respostas. A cada três entrevistas, interrompíamos a ida a campo, dedicando-nos às transcrições e fazendo articulações teórico-práticas. Procuramos, na análise e na interpretação dos dados, expô-los concomitantemente às articulações (para maior aprofundamento sobre os desdobramentos desta pesquisa, ver (Oberg, 2008).

Pensamos ainda em obter pistas para descobertas que poderiam produzir novos conhecimentos sobre aquela realidade. Tivemos o propósito de propiciar a interlocução, o confronto com as nossas próprias ideias. Apostamos na práxis e, compreendendo as demandas da população, pudemos articulá-las com nosso interesse em políticas públicas.

Em nossas primeiras tentativas de inserção na comunidade – bem como pela própria

experiência nas entrevistas –, notamos o retraimento dos moradores. Em alguns momentos, precisamos recorrer à coordenação do posto para facilitar essa entrada, obtendo sucesso em tais tentativas.

Ao longo das devoluções que fizemos sobre o viver em comunidade, uma mulher retornou para o Nordeste, e outra, mais velha, faleceu. Nas outras que reencontramos, pudemos constatar uma maior confiança na relação construída com o pesquisador; a satisfação por terem sido procuradas e grande interesse em participar. A tentativa de construir algumas conclusões partiu da recapitulação das mesmas perguntas que havíamos feito no primeiro encontro. O que surgiu de novo foi uma maior espontaneidade, o espaço dialógico (Eu-Tu), apontado por Buber como um “espaço político”. Surgiram respostas como “comunidade é diálogo”, união, concomitantemente ao entendimento de que “estar em comunidade significa problemas constantes”, tomando as palavras do próprio líder comunitário. Entendemos que esses problemas não são apenas embates com limitações geradas por sua própria situação social e pelo abandono do Estado, mas são também o desafio constituído pelos atos de pensar e discutir. Quando dissemos a elas que essa ambivalência é vivida em quase todos os lugares, demonstraram alívio, sentindo-se fortalecidas. Primeiro, pela desnaturalização do viver em comunidade, assumindo as contradições do grupo e de Muzema. Segundo, pelo medo de assumir suas posições e afirmar suas ideias diante das tensões daquela comunidade.

O viver em comunidade implica testemunhar a cultura em que vivemos, pensar nas formas como os homens estão construindo vínculos. Nas entrevistas, apostamos no sujeito singular e fizemos relações dos discursos das mulheres com questões marcantes que atravessam a vida do homem contemporâneo (o individualismo, o vácuo deixado pelo poder público, a busca por segurança e liberdade, a desvalorização dos grupos de referência).

Ao contrário daquilo que se escuta na própria comunidade, que em Muzema nada dá certo, desqualificando a força dos sujeitos, constatamos um conteúdo nas falas que enriqueceram todas as ideias aqui apresentadas. Seus discursos não se apresentam de forma elaborada, mas indicam pistas. Nas perguntas sobre

“O que é sociedade?” e o “Papel do Estado”, as respostas variaram entre as seguintes formulações: “não sei”, “a sociedade cobra do Estado, um combinando com o outro, um ajudando o outro”, “somos nós, manter e obedecer às leis”, “eu não faço parte dela, viver bem-sucedido, a sociedade de hoje é a de consumo, a sociedade deveria se interessar mais pela segurança e a educação”, e “O Estado é fraco, não existe, zelar pela sociedade não sei, olhar os mais necessitados”. Entendemos, ainda, que as falas dessas mulheres são representações sociais que circulam naquele grupo e, portanto, podem apresentar alguns aspectos cristalizados da comunidade, mas também indicam elementos que possibilitam o processo de conscientização e a emergência de novos sentidos sobre a realidade.

Nosso desejo é que não haja resignação e que o incoerente e o não idêntico habitem suas vidas de forma criativa e transformadora, mais do que a compreensão limitada de que comunidade é uma “comum-unidade”.

Gonçalves Filho (2003) aponta que o termo “resignação” tornou-se mero sinônimo de *submissão sem revolta*. Mas o autor, inspirado em Ecléa Bosi (1994), analisa que esta esconde um poder. Resignação, diz Gonçalves Filho, é o poder de ressignificar uma situação, quebrando seu entendimento inicial. “Um poder que tem parentesco com o poder de agir. Quem imagina a resignação dos pobres como um poder? Quem conversa com eles” (GONÇALVES FILHO, 2003, p. 205).

A resignação implica atender a uma relação de poder estabelecida entre opressor e oprimido. Assim, podemos pensar que onde há relação de poder sempre existe uma possibilidade de resistência. O resignado entendeu por algum motivo a posição do opressor, mas, por ter tido esse entendimento, pode ter outras saídas diante da opressão, saídas que não implicam necessariamente confronto, mas espera e construção de outras possibilidades. Esperamos, ainda, ter propiciado algum grau de reflexão a todas as entrevistadas.

Na direção do diálogo, da intersubjetividade, pudemos apostar na produção de vida das mulheres e reconhecê-las como sujeitos capazes de viver a dialética das realidades subjetiva e objetiva de forma criativa e singular. Entendemos que a cidadania também é construída a partir

de uma possibilidade de mudança na posição subjetiva dos sujeitos.

Considerações finais

No início deste trabalho, convivemos com uma percepção de que naquele lugar “não havia violência” – algo expressado por muitos moradores. Com o passar dos anos, a relação construída com a liderança local e a própria exposição da mídia sobre aquela região fazem um novo discurso emergir: “aqui tem violência como qualquer lugar, [mas] aqui não tem tráfico nem milícia”. A “polícia mineira”, termo usado por quem vive naquela região, é aparentemente substituída por “milícia”. Muzema é contemporânea. Neste estudo, é um microcosmo de um contexto mais amplo de análise.

Além disso, após a exposição da mídia sobre a realidade dos moradores do Rio de Janeiro que estão sob o controle do tráfico ou das milícias, observamos a plasticidade com que esse discurso é aceito por alguns moradores da população carioca como algo já pertencente ao cotidiano urbano. O estado de exceção vira a regra de nossas vidas, sem que tomemos conhecimento das causas que nos levam à incorporação dessa realidade. Diante deste contexto, na prática do trabalho do psicólogo a articulação teórico-prática promove, além de uma práxis, um posicionamento frente à nossa realidade social. Nesse sentido, toda clínica é política, pois acreditamos na indissociabilidade entre indivíduo e sociedade. No reconhecimento do sujeito em suas determinações inconscientes, temos a chance de transgredir a imposição à homogeneização das subjetividades, apostando na singularidade (GUATTARI, 1999), que possibilita a emergência de novas maneiras de ser, outros olhares, modos de subjetividade originais. Singularizar mostra-se como uma condição fértil para a crítica de si mesmo e da realidade social.

A partir de nossa experiência, sugerimos a construção de políticas públicas em Muzema, que podem ter início no saneamento básico e venham a alcançar redes de apoio social junto às famílias. Seguindo Freitas (2007), tentamos apostar no fortalecimento de redes de solidariedade na vida cotidiana, sendo esta matéria-prima para análise dos processos de conscientização e participação comunitária. Dessa forma, neste

trabalho pretende-se fazer valer o pensamento de “que o objetivo da atuação da (Psicologia) em políticas públicas é de contribuir para que elas, ao serem construídas, o sejam de modo a considerar a dimensão subjetiva que está presente nestas situações” (BOCK, 2005, p. 5). A metodologia participativa pode ser considerada uma ferramenta de luta frente às desigualdades sociais dos dias atuais. No contexto deste trabalho, procuramos relacionar necessidades sociais e de saúde da população, numa escuta cuidadosa com todos os moradores da comunidade que convivemos.

O grupo de leituras infantis que realizamos pode ser analisado como um “dispositivo” encontrado para a implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo que é um convite para a atuação de outros profissionais nesse contexto. Além disso, promove a emergência de processos de singularização, propiciando novos olhares e a invenção de uma outra realidade. Ao longo destes anos no trabalho do grupo de leituras, alcançamos um número aproximado de cem famílias. Entendemos que esse é um número significativo se considerarmos os aspectos cristalizados presentes naquele contexto e que impedem em muitos momentos que o trabalho flua numa direção emancipatória.

No percurso do grupo de leituras, observamos constantemente o relato das crianças sobre um fortalecimento da autoconfiança em diversas esferas de suas vidas. O trabalho do psicólogo e o vínculo estabelecido também são constantemente mencionados por elas. Os temas que surgem com mais frequência no grupo são aqueles referentes aos preconceitos, aos conflitos familiares, às dificuldades na escola e à importância dada ao consumo. As questões referentes à violência do contexto e da cidade são reveladas em alguns momentos por meio de desenhos e dificilmente são verbalizadas.

No final de 2008, ao escutarmos algumas meninas do grupo de leituras falarem das próprias percepções sobre o trabalho, observamos que para aquelas “crianças”, que hoje já são adolescentes, o grupo já não representava um espaço, porque “só tem crianças”. Elas cresceram e desejavam falar sobre outros assuntos, como sexualidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros. Em 2008, teve início o “Grupo de Reflexão” com as

adolescentes de Muzema. Mas essas meninas ainda mostram desejo em desenvolver atividades manuais, como desenhar, pintar e fazer corte e colagem, como no grupo de leituras. Dessa forma, o trabalho de reflexão está sendo um processo construído de acordo com os anseios de cada uma delas e do próprio grupo.

Projetos de lazer e educação em Muzema incentivariam seus moradores a buscar atividades produtivas para suas vidas, dentro e fora de lá. Por tudo o que foi ouvido, o lazer é almejado por uma grande parte dos moradores e, no trabalho com as crianças, tem-se a aprovação dos pais, da liderança comunitária e das próprias crianças. No alcance do consenso, encontramos interativamente um lugar para o “comum”, e esperamos continuar nessa direção.

Na concepção marxista, o individualismo torna-se inimigo das relações comunitárias, encasurado, seduzido pelo fetiche das mercadorias que se espalham na sociedade de consumo. Essa concepção situa historicamente o debate sobre comunidade e sociedade no capitalismo no centro da luta de classes. Não se trata mais de uma comunidade tradicional, mas daquela que pode ser construída com objetivos partilhados e o respeito às singularidades.

Viver em comunidade implica testemunhar a cultura em que vivemos. Se não nos colocamos como “sujeitos da história”, favorecemos a alienação, condição propiciadora da opressão. A Psicologia Comunitária pode se apresentar como um projeto coletivo de resistência à disseminação de uma forma subjetiva individualista e egoísta da atualidade, uma possibilidade libertária alinhada e aliada a outras lutas libertárias (GUZZO; LACERDA JR., 2009).

Foi exatamente a posição desses autores que confirmamos nas doze entrevistas realizadas com as mulheres da comunidade. Os resultados mostraram que os discursos das mulheres indicavam pistas de problemas compartilhados, mas que, na contemporaneidade, são vistos como algo centrado no plano individual. A valorização das falas em sua singularidade, além da não generalização de um percurso de sujeitos excluídos, impede a desqualificação da potência de sujeitos moradores das comunidades e a homogeneização das subjetividades que observamos.

Assim, o objetivo de apresentar neste artigo a trajetória da experiência coletiva que

podemos viver com os estagiários de Psicologia Comunitária e a comunidade de Muzema mostrou uma forma de intervenção que ultrapassa o individualismo de nossos tempos, favorecendo o compromisso social do profissional. Pensamos em “construção de resultados”, em processualidade, e consideramos o caráter dinâmico e provisório do conhecimento produzido neste trabalho. Convidamos a todos a conhecer Muzema e a lutar por uma sociedade justa e igualitária.

Referências

- ARENDE, R. J. J. *Psicologia Comunitária: Teoria e Metodologia. Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v.10, n.1, p.7-16, 1997. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/188/18810103.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2004.
- BASTOS, A. V. B. et al. *Concepções e atividades emergentes na Psicologia Clínica: implicações para a formação*. In: Achcar, R. et. al. (Org.) **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, p.17-100.
- BAKHTIN, M. *Metodologia das Ciências Humanas*. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.393-410.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEZERRA JUNIOR, B. *Prefácio: Tecendo a rede*. In: *Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo*. In: ROSA, M. D. *Uma escuta psicanalítica das Vidas Secas. Revista de Psicanálise Textura*, São Paulo, n.2, 2002. Disponível em: <www.revistatextura.com>. Acesso em: 3 set. 2013.
- BOCK, A. M. B. **Discurso realizado no Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia**. Disponível em: <http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/projeto_crepop.pdf>. Acesso em: 3 set. 2013.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CAMPOS, R. H. F. *Psicologia comunitária, cultura e consciência*. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.164-77.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/projeto_crepop.pdf>. Acesso em: 3 set. 2013.
- COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas “Psi” no Brasil do milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. *A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência e saúde coletiva*, v.4, n.1, p.33-52, 1999.
- DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FREITAS, M. F. Q. *Intervenção Social e Compromisso: desafios às políticas públicas*. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (Orgs.) **Diálogos em Psicologia Social**. ABRAPSO SUL. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007, p.329-34.
- GONÇALVES FILHO, J. M. *Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*. In: BOCK, A. M. B. (Org.) **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p.193-239.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.) **Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea Editora, 2009.
- KANTER, J. *Beyond psychotherapy: therapeutic relations in community care*. **Psyche Matters**, v.70, n.3, p.397-426, 2000.
- LANE, S. T. M. *Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil*. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.17-34.
- _____.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- NARDI, H. C. *A naturalização do discurso liberal: riscos da privatização do público*. In: Spink, M. J.; Spink, P. (Orgs.) **Práticas cotidianas e naturalização da**

desigualdade: uma semana de notícias nos jornais São Paulo: Cortez, 2006, p.165-87.

OBERG, L. P. **Do rio das vitrines à galeria dos desconhecidos:** um estudo em psicologia social comunitária na localidade de Muzema. São Paulo: Ed. Biblioteca 24x7, 2008.

SAWAIA, B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense / Educ, 1995, p.157-68.

_____. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária:** da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.35-53.

SOUZA, E. **Psicologia e políticas públicas:** análise de uma trajetória em construção. Trabalho de conclusão de curso não publicado, PUC-SP, 2006.

VILHENA, J.; SANTOS, A. L. Clínica psicanalítica em comunidades. Um desafio contemporâneo. **Cadernos do Tempo Psicanalítico**, SPID, n.32, p.9-35, 2000.

ZAMORA, M. H. **Textura áspera:** confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas. Tese. Doutorado em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1999.

_____. Raízes e asas da Psicologia Comunitária. In: VILHENA, J. (Org.). **A clínica na universidade.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

ZANELLA, A.; ANDRADA, E. G. C. Processos de significação no brincar: problematizando a constituição do sujeito. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, p.127-33, jul/dez 2002.